



## **06 DE FEVEREIRO DE 2018**

### **Terça-feira**

- SENADO INICIA 2018 COM ANÁLISE DE PROJETOS QUE SIMPLIFICAM VIDA DE EMPRESAS
- CNI DIZ QUE MAIS DA METADE DA INDÚSTRIA DO PAÍS PRECISA DAR UM SALTO TECNOLÓGICO
- ARTIGO: COMÉRCIO INTERNACIONAL NÃO É PARA AMADORES
- EDITORIAL: LIBERDADE E PROGRESSO CAMINHAM JUNTOS
- CEO DA RIACHUELO DEFENDE MAIOR AÇÃO EMPRESARIAL NOS RUMOS DO PAÍS
- PETROBRAS REDUZ PREÇO DO GÁS PARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO
- SINDIGÁS DIZ QUE PREÇO DO GLP INDUSTRIAL AINDA É 32,82% ACIMA DO IMPORTADO
- CORREIOS TEM REAJUSTE DE 25% EM TARIFA PARA IMPORTADORES
- POSITIVO TECNOLOGIA QUER AUMENTAR A VENDA DE PCs E CELULARES PARA GRANDES EMPRESAS
- DESAFIOS NA UE ALIMENTAM ACORDO COM MERCOSUL
- GOVERNO DIZ QUE REFORMA TRABALHISTA VALE PARA TODOS. MAS JUSTIÇA QUER REVER ISSO
- 'É BOM PARA O BRASIL, É BOM PARA VOCÊ', DIZ CAMPANHA DO GOVERNO PELA REFORMA
- TEMER: SÓ FALTAM 40 VOTOS PARA APROVAR REFORMA DA PREVIDÊNCIA
- CNI E FIEMG APOIAM CAMPANHA QUE DEFENDE REFORMA DA PREVIDÊNCIA
- 'É ESSENCIAL QUE REFORMEMOS A PREVIDÊNCIA PARA RETIRAR PRIVILÉGIOS', DIZ EUNÍCIO
- 'CHEGOU A HORA DE TOMAR DECISÃO', DIZ TEMER SOBRE PREVIDÊNCIA
- PREVISÃO DE RELATOR SOBRE PREVIDÊNCIA FRUSTRA PLANALTO
- MAIA EVOCA AO CONGRESSO CRÉDITO POR RECUPERAÇÃO ECONÔMICA

- MAIA NEGOCIA COM GOVERNADORES FUNDO DE COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA
- BOLSA ACOMPANHA EXTERIOR E AFUNDA 2,6%; DÓLAR ENCOSTA EM R\$ 3,25
- MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO MAIS CAROS ACELERAM INFLAÇÃO DO SETOR NO IGP-DI, DIZ FGV
- FGV: ALIMENTOS MAIS CAROS PRESSIONAM INFLAÇÃO AO CONSUMIDOR NO IGP-DI DE JANEIRO
- MÊS MAL COMEÇOU E PETROBRÁS ANUNCIA TERCEIRO REAJUSTE DA GASOLINA
- MERCEDES-BENZ COMEÇA ANO ACELERADO E PROJETA CRESCIMENTO
- LUCRO LÍQUIDO DA PACCAR MAIS QUE DOBRA EM 2017
- NEGÓCIOS E NETWORKING AGITAM FÓRUM DA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA
- PSA APURA RECORDE NAS VENDAS DE UTILITÁRIOS NA AMÉRICA LATINA
- AGCO INAUGURA LINHA DE PULVERIZADORES MASSEY E VALTRA
- PRODUÇÃO DE VEÍCULOS SOBE 24,6% NO BRASIL EM JANEIRO, DIZ ANFAVEA

<b>CÂMBIO EM 06/02/2018</b>		
	<b>Compra</b>	<b>Venda</b>
<b>Dólar</b>	3,242	3,243
<b>Euro</b>	4,000	4,001

**Fonte: BACEN**

### Senado inicia 2018 com análise de projetos que simplificam vida de empresas

06/02/2018 – Fonte: Senado Notícias

O Plenário do Senado inicia o ano com a análise de projetos que buscam facilitar a vida de empresas. Um projeto ([PLS 477/2017](#)) fixa em no máximo dez dias o prazo para que o governo emita a certidão negativa de débitos, e esse documento terá validade de seis meses.

Outro ([PLS 476/2017](#)) diminui as hipóteses de substituição tributária para micro e pequenas empresas. A substituição representa um custo financeiro alto por conta do recolhimento antecipado do imposto e de sua complexidade.

Os senadores também iniciam discussão de Proposta de Emenda à Constituição ([PEC 118/2011](#)) que proíbe o contingenciamento de recursos destinados à segurança pública. Ouça os detalhes no áudio do repórter da [Rádio Senado](#), Bruno Lourenço.

## **CNI diz que mais da metade da indústria do país precisa dar um salto tecnológico**

06/02/2018 – Fonte: Isto É Dinheiro

Dos 24 setores da indústria brasileira, 14 precisam dar um salto tecnológico para se adaptar ao que vem sendo chamado por empresas e organismos internacionais de “Indústria 4.0”. A avaliação está em uma pesquisa divulgada recentemente pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O estudo analisou taxas de produtividade, exportação, importação e inovação de diversos segmentos industriais brasileiros e realizou uma comparação com as 30 maiores economias do mundo para avaliar a situação das firmas nacionais nos mercados interno e externo.

O termo “Indústria 4.0” passou a ser utilizado nos últimos anos para designar a integração de diversos tipos de tecnologias no processo produtivo. Entre elas estão a chamada Internet das Coisas; a coleta e o processamento de dados em larga escala (conhecidos internacionalmente como Big Data), a impressão 3D, a robótica avançada e a inteligência artificial.

A implantação destes recursos faria parte de uma nova forma de organização industrial vinculada a uma transformação mais profunda dos mercados apelidada de “Quarta Revolução Industrial” pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e por outros fóruns internacionais. A ideia foi lançada sobretudo em países europeus, como forma de buscar a ampliação da produtividade sem redução de custo da força de trabalho e a manutenção da competitividade frente ao ascenso de novos polos produtivos, como a China.

### **Ainda longe**

Segundo a pesquisa da CNI, ainda estão longe de chegar a esse patamar as indústrias brasileiras dos setores de impressão e reprodução; farmoquímicos e farmacêuticos; químicos; minerais não-metálicos; couro e calçados; vestuário e acessórios; têxteis; máquinas e aparelhos elétricos; outros equipamentos de transporte; produtos de metal; máquinas e equipamentos; móveis; artigos de borracha e plástico; e produtos diversos.

Em termos de produtividade, ficam acima da média dos demais países analisados apenas os segmentos extrativista; de produtos derivados de petróleo e biocombustíveis; de metalurgia; e de fumo. Já quando considerada a taxa de inovação, o desempenho superior às demais economias ocorre nas indústrias extrativista, alimentícia e de móveis.

O estudo destaca que a adaptação a esta nova organização é diferente em cada segmento, mas que este fenômeno é uma realidade e todos os ramos precisam se atualizar para seguir competindo nos mercados interno e externo.

### **Rapidez e obstáculos**

“A velocidade de disseminação das tecnologias habilitadoras dessa revolução indica que a chegada e a consolidação da Indústria 4.0 será, também, muito mais rápida se comparada a casos anteriores. A capacidade de a indústria brasileira competir internacionalmente dependerá, portanto, da nossa habilidade de promover essa transformação”, diz o estudo.

Segundo a pesquisa, a necessidade deste salto tecnológico se dá especialmente pelo fato da produtividade da indústria nacional ter caído durante 10 anos consecutivos na comparação com outros países até 2014. Este problema, associado às dificuldades de inovação, aumentam a distância entre o Brasil e as economias mais ricas do planeta.

João Emílio Gonçalves, diretor-executivo de Política Industrial da CNI, destaca a importância dessas mudanças em todos os tipos de indústria. "Essas alterações são estratégicas para empresas numa situação de baixa competitividade em relação ao mundo e para quem já está inserido, uma vez que este processo está ocorrendo em outros países. Quem hoje é competitivo, amanhã pode não ser", alerta.

Ele coloca como um dos obstáculos para a adaptação à Indústria 4.0 o fato de muitas firmas ainda não estarem familiarizadas com o conceito. "Até três anos atrás, ninguém sabia o que isso era. Estamos procurando mostrar que não é ficção, que é um fenômeno que começa a acontecer e é algo que faz sentido no mundo e no Brasil para a inserção no mercado", comenta.

Para o diretor, as empresas que desejem se adaptar a esse novo paradigma devem elaborar seus planos de digitalização identificando as necessidades de atuação tecnológica e de integração de seus processos produtivos. "E isso vai exigir investimento em modernização, treinamento de pessoal, adaptação de tecnologias, etc", diz.

### **Conceito importado**

Para o professor de Sociologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Ricardo Antunes, autor de livros sobre as mudanças no mundo do trabalho, a noção de Indústria 4.0 foi elaborada a partir de uma realidade das economias mais ricas, como a Alemanha, e não pode ser importada para os países do chamado "Sul Global", que não possuem destaque em mercados tecnológicos de ponta.

"Em países como Brasil e Índia se você avança digitalmente sem ter uma regulação social e de garantia de direitos sociais, você aumenta ainda mais as condições de precarização do trabalho e vai criar um fosso entre setores industriais avançados pequenos, em um nível europeu, e uma área industrial poluente e com péssimas condições, como a extrativista e o agronegócio", pondera.

Outros riscos, acrescenta Antunes, são a redução de postos de trabalho por meio da robótica e a piora da qualidade do trabalho. "Há um processo de desaparecimento da barreira entre a vida privada e a pública, porque a pessoa vai para casa e continua disponível para as demandas, cumprindo metas em um volume de trabalho crescente", afirma.

### **Artigo: Comércio internacional não é para amadores**

06/02/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

#### ***O comércio internacional não permite descuidos ou ingenuidades neoliberais***

A **FOLHA** presta interessante serviço, em uma discreta seção no caderno "Cotidiano", ao noticiar diariamente qual foi a manchete do jornal há exatos 50 anos. No dia 23 de janeiro de 1968, o título era "Café solúvel: Brasil veta proposta norte-americana".

O veto brasileiro se referia a uma reivindicação americana, na Organização Mundial do Café, para permitir aos países consumidores a imposição de restrições (tarifas) unilaterais às exportações de café solúvel feitas por nações produtoras, entre elas o Brasil.

Em resumo, os americanos argumentavam que a indústria brasileira de solúvel era privilegiada, porque comprava café verde a preços de mercado interno, mais baixos. Já os brasileiros sustentavam que o Brasil, por ser o maior produtor mundial de café, possuía condições naturais mais favoráveis do que os EUA ou qualquer outro país para desenvolver sua indústria de solúvel.

Vamos agora dar um salto de 50 anos. Há duas semanas, o presidente Donald Trump impôs medidas punitivas contra dois de seus parceiros comerciais. Aplicou uma

sobretaxa de 30% para a importação de equipamentos solares da China e outra de até 50% para máquinas de lavar da Coreia do Sul. Acusação: "comércio injusto" praticado pelos asiáticos. Segundo Trump, isso foi apenas o início de uma ofensiva para proteger a indústria americana.

Voltemos ao Brasil. O governo decidiu, também há duas semanas, não aplicar taxa de antidumping contra empresas fornecedoras de aço da Rússia e da China, que estão reduzindo artificialmente os preços de seu produto para prejudicar os concorrentes. O governo reconheceu a existência de práticas desleais, mas resolveu não impor tarifas por enquanto porque as importações já caíram bastante. Na prática, as restrições foram aprovadas, mas seus efeitos, suspensos, podendo ser aplicados caso se verifique uma volta de práticas desleais.

As restrições americanas ao solúvel e as medidas atuais mostram que o comércio internacional, tanto há 50 anos quanto hoje, não permite descuidos ou ingenuidades neoliberais. Dentro das regras internacionais, os governos têm a obrigação de proteger seu mercado e, da mesma forma, exigir respeito às normas da OMC no caso de barreiras no exterior.

Deixo aos empresários do setor a avaliação dos efeitos daquela "guerra do café" de 50 anos atrás. Observo apenas que, com indústrias nacionais e estrangeiras, o Brasil lidera hoje o mercado mundial de café solúvel. Enfrenta uma aguerrida concorrência asiática, principalmente do Vietnã, mas exporta para 120 países e obtém receita cambial superior a meio bilhão de dólares por ano.

A exportação de industrializados traz grande benefício aos países, em razão do valor agregado aos produtos. O próprio café é um exemplo marcante. Existe hoje a tendência de aumento do consumo de cafés em cápsulas. Parte do café brasileiro, exportado para a Europa, volta ao país encapsulado, por um preço 60 vezes maior.

O valor médio da saca de café exportado pelo Brasil em 2016, por exemplo, foi de US\$ 159. Naquele ano, a importação brasileira de café, quase tudo em cápsulas, custou o equivalente a US\$ 10.701 a saca. Há ainda um enorme espaço, portanto, para a conquista de mercados externos para o café brasileiro, com agregação de valor para o país. Isso vale para inúmeros outros produtos industrializados.

Comércio internacional não é para amadores. A palavra fundamental nessa área é reciprocidade. Sem isso, o escancaramento do mercado interno é medida tola e ingênua.

*(Benjamin Steinbruch - é empresário, diretor-presidente da CSN, presidente do conselho de administração e 1º vice-presidente da Fiesp).*

## **Editorial: Liberdade e progresso caminham juntos**

06/02/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

***Os países que ampliaram seu comércio exterior, incentivaram investimentos estrangeiros e absorveram tecnologia são os que mais rapidamente superaram a pobreza***



Em convênio com a Heritage Foundation e com o Instituto Monte Castelo, a **Gazeta do Povo** publicou na sexta-feira o Índice de Liberdade Econômica de 180 países, pelo qual se pode comparar o Brasil com as demais nações em termos de liberdade econômica.

O levantamento usa metodologias e critérios científicos de alta credibilidade, e os países são analisados em quatro categorias principais, cada uma com três subcategorias: Estado de Direito (Direitos de Propriedade, Integridade de Governo, Eficiência Judicial), Tamanho do Governo (Gastos do Governo, Carga Tributária, Saúde Fiscal), Eficiência Regulatória (Liberdade Comercial, Liberdade de Trabalho, Liberdade Monetária) e Mercados Abertos (Liberdade de Comércio Exterior, Liberdade de Investimento, Liberdade Financeira).

No mapa geral, o Brasil está na 153.<sup>a</sup> posição, o que, em um grupo de 180 países, significa baixo grau de liberdade econômica. Sem entrar nos detalhes dos números, a classificação brasileira é considerada péssima, sobretudo porque está provado que existe correlação positiva e direta entre a liberdade e o progresso material e, por consequência, a favor do bem-estar social da população.

Em um mundo altamente conectado, em que ciência e tecnologia evoluem aceleradamente, a liberdade econômica e a estabilidade das regras são decisivas para promover o crescimento econômico, o aumento da renda por habitante, a geração de empregos e a superação da pobreza.

Não há um único país altamente fechado e hostil ao resto do mundo que tenha se tornado rico

O Brasil é marcado historicamente por manter a economia fechada, com baixo grau de inserção internacional, baixa absorção de tecnologias internacionais e baixo coeficiente de comércio exterior. Adicionalmente, o país tem uma cultura política que faz o sistema estatal ser uma inchada máquina de produzir leis, decretos, resoluções e atos regulatórios que nem são claros nem são estáveis, além de elevado custo de obediência.

Essas características agem contra o espírito de iniciativa, inibe o empreendedorismo e atua contra a livre iniciativa, afetando desde o mais simples empresário até as maiores organizações nacionais e estrangeiras que atuam no país.

Esse vício de nacionalismo arcaico e o medo de se abrir para o exterior são cacoetes brasileiros fortemente enraizados no espírito da classe política e dos governos, a quem não ocorre estudar as razões pelas quais o país fechou 2017, pelos dados do Banco Mundial, com renda por habitante de apenas US\$ 8,6 mil contra US\$ 57,5 mil dos Estados Unidos ou US\$ 42,2 mil do Canadá.

Esses números dão a dimensão dramática do tamanho da pobreza brasileira, e o país é um dos poucos do mundo capitalista onde o discurso contra o capital estrangeiro e a abertura comercial, bem como a hostilidade ao investidor internacional, ainda tem apelo eleitoral e apoio de expressiva parcela da população. Não por coincidência, pouquíssimos são os países adiantados e de alto padrão de bem-estar nos quais esse tipo de discurso e de crença tem apelo significativo.

O levantamento sobre a liberdade econômica mostra que os países que ampliaram seu comércio com o resto do mundo, incentivaram investimentos estrangeiros em território nacional e, principalmente, absorveram o máximo possível de tecnologias inventadas ao redor do planeta são os que mais se desenvolveram e mais rapidamente superaram a pobreza. Se essa receita é conhecida e, contrariamente, não há um único país altamente fechado e hostil ao resto do mundo que tenha se tornado rico, cabe

indagar que mistérios levam os governos, os políticos e grande parte da população a acreditarem que o Brasil pode sair da vergonhosa pobreza mesmo se mantendo em um horrível 153.º lugar em um ranking global de liberdade econômica.

## **CEO da Riachuelo defende maior ação empresarial nos rumos do País**

06/02/2018 – Fonte: GS Notícias

Em Porto Alegre, ontem, a convite do Instituto de Estudos Empresariais (IEE) e do Grupo de Líderes Empresariais (Lide-RS), Flávio Rocha, CEO das Lojas Riachuelo, defendeu maior participação dos empresários nos rumos do País.

A importância e o poder dos empreendedores para promover mudanças no Brasil, avaliou o executivo, teriam sido negligenciados pelos empresários nos últimos anos. No início da noite, no Porto Alegre Country Club, Rocha apresentou o movimento Brasil 200 Anos em evento fechado para cerca de 200 convidados. O movimento faz alusão aos 200 anos do Brasil de independência de Portugal, que serão alcançados em 2022, final do mandato do presidente brasileiro que será eleito neste ano.

Apesar de alegar que o movimento Brasil 200 Anos, liderado por ele, é apartidário, Rocha trouxe consigo Geraldo Rufino, empresário e um dos fundadores do Novo, partido criado recentemente por um "grupo de pessoas que nunca havia se candidatado a nenhum cargo eletivo, mas que concluiu que um partido político seria a ferramenta democrática adequada para realizar as mudanças necessárias".

Após críticas indiretas aos últimos anos de governo petista no comando do País, quando teria prevalecido a aplicação de "ideias infelizes" e "políticas econômicas desastrosas", Rocha foi questionado sobre a participação de grandes empresários, como da Odebrecht, da OAS e da JBS no cenário criticado por ele.

"Existem empresários de conchavo e empresários de mercado. Somos empresários de mercado. Quando o Estado cresce e se dá à arrogância de eleger campeões nacionais, isso não é capitalismo, nem livre mercado. É uma aberração à sabedoria suprema do livre mercado", defendeu o líder do movimento Brasil 200 Anos.

Rocha, que já foi deputado federal pelo PFL (hoje DEM), nos anos 1980, e também foi pré-candidato a presidente da República, em 1994, negou ter ambições políticas no atual momento e que o movimento possa ser encarado com uma plataforma para lançá-lo a uma possível candidatura. Já Rufino afirmou que o Brasil 200 Anos tem, sim, a expectativa de gerar líderes entre o empresariado. Inclusive lançando-os, futuramente, no cenário político nacional.

"Em um movimento deste tamanho, com o objetivo de interferir na política para gerar mudanças, é natural, e até gostaríamos que alguns empresários do movimento se candidatassem. Alguém que tenha condições de deixar a empresa, e condição social e econômica para não precisar ir para lá se arrumar", ressaltou Rufino.

## **Petrobras reduz preço do gás para indústria e comércio**

06/02/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

### ***A decisão não afeta o valor do botijão de 13 quilos, consumido em residência***

A Petrobras anunciou nesta segunda (5) redução de 4,6% no preço do gás liquefeito de petróleo (GLP, o gás de cozinha) vendido em grandes vasilhames para clientes industriais e residenciais. A decisão não afeta o valor do produto vendido em botijões de 13 quilos, mais consumidos por residências.

É o segundo corte consecutivo no preço do gás para uso industrial. Em janeiro, a redução foi de 6,3%. Segundo a estatal, a alteração reflete a queda das cotações internacionais do produto, diante da proximidade com o fim do inverno no Hemisfério Norte.



Desde 2005, a empresa é obrigada por resolução do CNPE (Conselho Nacional de Política Energética) a praticar preços diferentes de acordo com o destino do GLP. Com maior impacto no bolso do consumidor de baixa renda, o gás envasado em botijões de 13 quilos deve ser mais barato.

De acordo com cálculo do Sindigás (Sindicato das Empresas Distribuidoras de GLP), após o corte de hoje, o GLP para uso industrial e comercial fica 35% mais caro do que o voltado ao consumo residencial. Ambos passaram a ser reajustados mensalmente a partir de junho de 2017.

O preço deste último foi cortado em 5% no último dia 19, após uma série de seis aumentos seguidos que gerou forte reação da opinião pública. Na ocasião, a Petrobras anunciou nova política de preços, que terá reajustes trimestrais calculados com base em uma média de longo prazo das cotações internacionais.

O objetivo, segundo a empresa, é reduzir o repasse ao consumidor de fatores sazonais de pressão nos preços. A próxima revisão está prevista para o dia 5 de abril.

### **Sindigás diz que preço do GLP Industrial ainda é 32,82% acima do importado**

06/02/2018 – Fonte: Tribuna PR

Apesar da redução do preço do GLP Industrial em 4,6% anunciada nesta segunda-feira, 5, pela Petrobras, o Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo (Sindigás) voltou a reclamar que o preço continua acima do preço do gás importado e mais caro em relação às embalagens de 13 quilos do produto (botijão).

Segundo o Sindigás, após a queda média de 4,6% anunciada pela Petrobras – entre 4,2% e 4,9%, dependendo da região – o preço no mercado interno ficou 32,82% acima da paridade de importação e 35,20% mais caro em relação ao botijão de 13 quilos.

“O Sindigás reforça que falta ainda uma política de preços para o GLP empresarial, o que faz persistir a diferença de preços entre o GLP residencial e o empresarial e, ainda, o ágio cobrado pela Petrobras em relação ao preço praticado no mercado internacional para o produto”, disse a entidade em nota.

### **Correios tem reajuste de 25% em tarifa para importadores**

06/02/2018 – Fonte: Tribuna PR

**Empresa reajustou preço do serviço de despacho postal, pago por importadores. Valor não era reajustado desde a implantação, em outubro de 2014.**





Correios aumentam tarifa paga por importadores. Foto: Kelsen Fernandes/Fotos Públicas.

Os Correios reajustaram nesta segunda-feira (5) o preço do serviço de despacho postal, tarifa paga por importadores. O preço subiu de R\$ 12 para R\$ 15. O valor não era reajustado desde a implantação da tarifa, em outubro de 2014.

“No segmento de encomendas, os Correios concorrem com empresas privadas e o cálculo do reajuste é baseado na variação de custos, tendências do mercado e evolução do cenário comercial de livre concorrência”, afirmou os Correios em nota.

O despacho postal é o valor pago pelos importadores em razão da prestação dos serviços de suporte postal e apoio administrativo às atividades de tratamento aduaneiro.

O objetivo da tarifa é cobrir os custos com o processo de recebimento dos objetos, inspeção de raio X, armazenagem, recolhimento dos impostos, comunicação com destinatário e remetente, além da devolução da encomenda quando o destinatário não realiza o pagamento dos tributos.

Desde 22 de janeiro de 2018, todas as encomendas internacionais cuja declaração de importação for registrada na plataforma eletrônica Minhas Importações estarão sujeitas à cobrança do serviço de despacho postal, independentemente de serem tributadas pela Receita Federal.

## **Positivo Tecnologia quer aumentar a venda de PCs e celulares para grandes empresas**

06/02/2018 – Fonte: Gazeta do Povo

**Objetivo é, pelo menos, dobrar a representatividade das vendas corporativas no grupo**



Com forte presença nos segmentos de varejo e governo, a Positivo Tecnologia quer aumentar a venda de computadores e celulares para grandes empresas. A companhia criou uma nova diretoria para gerenciar a venda e locação dos produtos para empresas de todo o país com mais de 500 funcionários. O objetivo é, pelo menos, dobrar a representatividade da área de vendas corporativas, que já presta serviço para pequenas, médias e algumas grandes organizações, no grupo.

A Positivo Tecnologia (ex-Positivo Informática) já tem uma diretoria responsável por cuidar das vendas de computadores e celulares para empresas, identificado pelo grupo como segmento corporativo. Mas esse segmento sempre teve uma participação complementar na receita da companhia, atrás do varejo e do governo. Em 2016, por

exemplo, as vendas para o varejo totalizaram R\$ 1,06 bilhão, respondendo por 61,8% da receita líquida do grupo, seguido por governo, com R\$ 439,8 milhões e 25,6% de participação, e corporativo, com R\$ 216,36 milhões e 12,6%.

No ano passado, a receita com o segmento corporativo começou a aumentar. Nos nove primeiros meses de 2017, ela atingiu R\$ 356,1 milhões, ficando atrás somente das vendas para o varejo, que chegaram a R\$ 687,3 milhões, e na frente do governo, com R\$ 267 milhões.

O segundo lugar, porém, deve ser retomado pelo segmento governo quando a Positivo divulgar em março seus dados do quarto trimestre de 2017. É esperado para o período um forte ganho no segmento governamental, devido ao grande volume de pedidos confirmados no segmento e com previsão de entrega até dezembro do ano passado.

**INFOGRÁFICO:** [Confira como está dividida a receita da Positivo por produto e tipo de cliente](#)

### ***Foco em grandes empresas***

Já para 2018, um dos objetivos do grupo é continuar a aumentar as vendas para empresas, o chamado segmento corporativo, principalmente para grandes companhias.

A Positivo já atendia grandes empresas, como Banco Santander, rede de farmácias Maxxi e Hospital São Domingos, mas não tinha uma estrutura e estratégia específicas para esse tipo de cliente. Por isso, foi criada uma nova diretoria, a corporativo grandes contas, para cuidar da área. A liderança é de Luis Vissotto. A diretoria de pequenos e médios clientes continua existindo, sob a liderança de Vicente Soares.

“O grande diferencial nosso agora é estruturar esse atendimento [a grandes empresas], organizar e estar presente nos clientes de forma pró-ativa, auxiliando esses clientes a buscar soluções para os seus desafio de TI, entendendo quais são essas demandas e também trazendo propostas internas para a gente voltar para o mercado com soluções e produtos mais adequados”, afirma Vissotto.

A Positivo vai oferecer às grandes empresas a mesma linha que já comercializa para o segmento governamental (desktops e notebooks Positivo e os celulares Quantum) e acrescentar a venda dos notebooks Vaio. Além do hardware, o grupo oferece o serviço de suporte e pós-venda, on-line e presencial, prestado em parceria com a IBM.

Um diferencial é o serviço de locação de computadores e celulares aos clientes corporativos, estratégia adotada no segundo semestre do ano passado e que deve ser ampliada ao longo de 2018. No caso da locação, o cliente paga pelo aluguel das máquinas mensalmente. Já na compra, o cliente faz a aquisição dos produtos e paga conforme o prazo acordado no contrato.

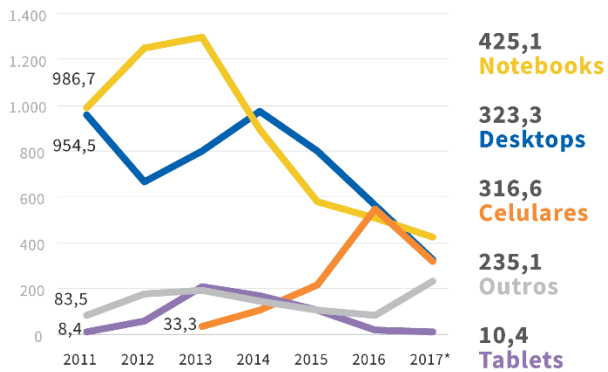
A opção de ganhar escala na venda e locação de produtos para grandes empresas surge por dois motivos. Primeiro, porque a Positivo já atendia esses clientes de forma reativa e já tem um portfólio pronto a oferecer a esse segmento. O segundo fator seriam as perspectivas de retomada de investimento em TI pelas empresas e o aumento das vendas de PCs como um todo, que no ano passado devem ter crescido 13%, segundo estimativas do IDC.

### ***Como está dividida a receita da Positivo Tecnologia***

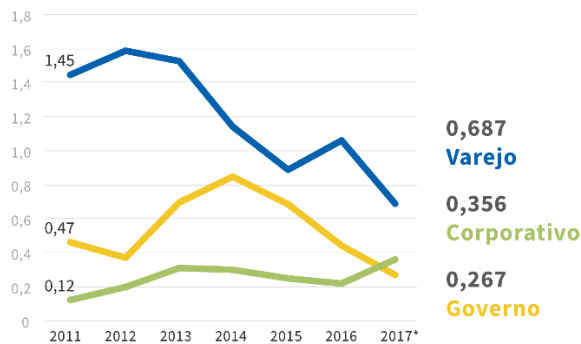
A Positivo Tecnologia vende três principais tipos de produtos (desktops, notebooks e celulares) para três tipos de clientes (varejo, governo e corporativo). Em 2018, a empresa quer continuar a aumentar a receita com a venda de computadores e celulares para clientes corporativos.

## Receita líquida

Em R\$ milhões



Em R\$ bilhões



## Desafios na UE alimentam acordo com Mercosul

05/02/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

### **População envelhece, e a área dedicada à agricultura diminui**



Trator em plantação de trigo perto de Calais, no norte da França - Pascal Rossignol - 21.jul.15/Reuters

O setor agropecuário vem pesando no acordo comercial entre a União Europeia e o Mercosul. Os europeus sabem que esse será um setor cada vez mais sensível para o seu bloco nos próximos anos.

A agropecuária passa por intensas mudanças estruturais na Europa, e o horizonte pode não ser tão favorável.

A população envelhece, e a área dedicada à agricultura diminui, reduzindo o número de propriedades agrícolas.

A força de trabalho recua com intensidade no campo e, após queda de 8% de 2012 a 2016, deverá acumular retração de 28% até 2030. O setor tem dificuldades em criar empregos atrativos para os jovens no campo.

Essas mudanças forçam as fazendas a buscar cada vez mais uma economia de escala e maiores investimentos em máquinas. O preço da terra e os custos sobem, encurtando as margens de lucro.

Recente avaliação do setor de desenvolvimento agrícola e rural da Comissão Europeia indica que, devido à redução de área, a UE aposta no aumento da produtividade.

Os europeus, no entanto, estão em um círculo vicioso. Esperam crescimento de 4% na produção de carne de frango, estabilidade na de suínos e recuo de 7% na bovina. Terão de importar mais milho e farelo de soja para elevar a produção de proteínas, mas não vão se livrar ainda da importação de carnes.

A compra externa de carne de frango deverá subir 20% em 2030, em relação à quantidade atual, e a bovina, 22%.

O bloco continuará dependente das importações de milho e de farelo de soja, essenciais na ração.

A produção de leite crescerá 12% até 2030 e a alta virá da maior produtividade das vacas leiteiras. O aumento de produção requer uma melhor alimentação dos animais, provavelmente com mais produtos saídos do Mercosul.

Em um item as estimativas são positivas para os europeus: a produção de trigo, que deverá atingir 169 milhões de toneladas, 12% mais que a atual. Com isso, as exportações poderão subir para 38 milhões, 36% mais.

As mudanças estruturais por que passa a agropecuária europeia poderão dar menor margem à atividade na região, o que a tornará mais dependente do Mercosul. Apesar de duros na negociação, os europeus, por certo, estão atentos a esses números.

(Mauro Zafalon é jornalista e, em duas passagens pela Folha, soma 40 anos de jornal. Escreve sobre commodities e pecuária)

## **Governo diz que reforma trabalhista vale para todos. Mas Justiça quer rever isso**

05/02/2018 – Fonte: Gazeta do Povo

***Mudança na CLT entrou em vigor em novembro de 2017 e há uma medida provisória, com mais alterações na lei, que indica que novo texto vale para todos. TST defende aplicar lei só para novos contratos***



A reforma trabalhista nem completou três meses em vigor e está no meio de uma queda de braço entre os poderes Executivo e Judiciário. A nova lei passou a valer em novembro de 2017, mesmo mês em que o governo editou uma medida provisória (MP) corrigindo alguns pontos da legislação a pedido dos senadores, que toparam aprovar o projeto que veio da Câmara sem mudanças para uma tramitação rápida. Nessa MP, a equipe do presidente Michel Temer resolveu explicitar que a Lei 13.467/2017 vale para todos os contratos de trabalho em vigor.

Mas parece que isso não foi suficiente. Nesta terça-feira (6), os ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST) vão se reunir para discutir alterações em sua jurisprudência por causa das mudanças na CLT.

Inclusive se a nova redação da lei deve mesmo ser aplicada a todos os contratos de trabalho, como está explícito no texto da MP em vigor, ou se valerá apenas para os novos contratos. Além disso, como a Justiça do Trabalho tem centenas de súmulas, os ministros vão avaliar ao menos 34 temas que foram modificados pela reforma – como é o caso das horas in itinere – e a aplicabilidade das novas regras para processos que já estão sendo analisados pela Justiça.

Se a reforma trabalhista veio com o objetivo de trazer mais segurança jurídica às relações de trabalho, esses primeiros meses após a sua aprovação são de incerteza. O posto de ministro do Trabalho está vago desde a virada do ano, quando Ronaldo Nogueira (PTB-RS) pediu demissão para retornar à Câmara dos Deputados e se dedicar a sua própria campanha para reeleição.

Desde então, Temer tenta emplacar no ministério a enrolada deputada Cristiane Brasil (PTB-RJ), filha do mensaleiro Roberto Jefferson, cuja nomeação virou mais um capítulo de um livro arrastado e modorrento, em uma batalha de liminares sem fim.

### **A sessão**

O Pleno do TST se reúne a partir das 14 horas para avaliar o que poderá alterar em sua jurisprudência. “Não há dúvidas de que, a partir da entrada em vigor da reforma trabalhista, em 11/11/2017, muitas súmulas precisam ser revistas”, afirmou o presidente do tribunal, ministro Ives Gandra Martins Filho, em notícia divulgada pela assessoria de imprensa do órgão.

Essa sessão de revisão de súmulas terá a participação de entidades sindicais (de trabalhadores e patronais), entidades de classe (como associações de advogados e magistrados) e órgãos públicos (como a Advocacia-Geral da União e o Ministério Público do Trabalho). Cada grupo poderá falar por até 30 minutos, totalizando duas horas de debate. A sessão é aberta ao público e será transmitida ao vivo.

Uma das entidades que vai participar da sessão é a Confederação Nacional da Indústria (CNI), que acompanhou todo o processo de debate para a aprovação da nova lei de perto. A entidade defende muitos dos pontos que foram modificados e acredita que a nova legislação pode reduzir a insegurança jurídica e fomentar a oferta de novas vagas de trabalho. Dessa vez, a CNI optou por não se manifestar antes da reunião no TST.

A discussão é quente. Enquanto o setor produtivo quer a aplicação da nova lei, muitas categorias que estão na cadeia de fiscalização das regras declararam, ainda em 2017, que não concordam com as alterações. É o caso de fiscais do Ministério do Trabalho e da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), que chegou a divulgar 125 pontos com recomendações para a aplicação da nova lei.

O presidente da Federação das Indústrias do Paraná (Fiep), Edson Campagnolo, afirma que a entidade considera que as alterações na legislação trabalhista devem ser aplicadas em sua totalidade, lembrando da separação dos poderes. “Acredito que os ministros do TST agirão com a razão, adequando as súmulas do tribunal à nova legislação aprovada pelo Congresso”, diz.

Para ele, isso vai diminuir a insegurança jurídica e, conseqüentemente, a enxurrada de ações trabalhistas. “É preciso que se crie uma nova cultura, em que se entenda que empregadores e empregados fazem parte de uma mesma engrenagem. É ela que faz a economia se movimentar e crescer, precisando haver responsabilidade de ambas as partes para que se criem relações mais harmoniosas e produtivas, em benefício do Brasil”, analisa.

Já o Ministério do Trabalho afirmou, via assessoria de imprensa que "não comenta trâmites judiciais. Apenas acata as decisões da Justiça, quando demandadas". A pasta também não fez nenhuma avaliação sobre esses primeiros meses desde a aprovação da reforma trabalhista pois "não fazemos avaliações sem comprovações".

"No próximo Caged [dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, que servem como termômetro do mercado de trabalho e devem ser divulgados na segunda semana de fevereiro] teremos dados concretos sobre a reforma para divulgar", informou o ministério.

## **'É bom para o Brasil, é bom para você', diz campanha do governo pela reforma**

05/02/2018 – Fonte: EM.com

O governo iniciou uma nova campanha publicitária nesta segunda-feira, 5, com o objetivo de convencer a sociedade sobre a importância de reformar a Previdência. Com o slogan "É bom para o Brasil, é bom para você", a propaganda adota tom mais contundente e diz que, se não houver mudanças nas regras de aposentadoria, o País vai quebrar.

A ofensiva de comunicação do governo na TV, em rádios, mídia impressa e redes sociais é na linha do "tudo ou nada" e bate na tecla de que a aposentadoria, a pensão, o emprego e os salários dos brasileiros estão ameaçados. Em conversas reservadas, porém, o núcleo político do Palácio do Planalto admite ser mínima a chance de a Câmara aprovar, no próximo dia 20, as alterações propostas pelo governo no regime de aposentadoria.

"(...) A reforma da Previdência é urgente e necessária. Se ela não for aprovada, faltará dinheiro para pagar a sua aposentadoria, a sua pensão. Faltará dinheiro para pagar os remédios, para pagar os professores, para pagar o salário dos funcionários", disse o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Moreira Franco, em um dos vídeos postados nas redes sociais, dando início à campanha produzida pela agência NBS.

Moreira afirmou que o Brasil "não tem mais dinheiro para pagar tanto privilégio" de quem ganha acima de R\$ 20 mil reais por mês. "Aliás, para que você possa ter uma ideia, o governo federal, no ano passado, para cobrir o rombo da Previdência, gastou dez vezes o orçamento do Bolsa Família, mais de R\$ 260 bilhões", insistiu o ministro.

### Colisão

A votação da reforma pôs novamente o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), em rota de colisão com o Planalto, a oito meses das eleições. Pré-candidato à cadeira do presidente Michel Temer, Maia já disse várias vezes que só levará a proposta a plenário se houver garantias de aprovação.

Para receber sinal verde da Câmara, a reforma da Previdência precisa ter o apoio de 308 dos 513 deputados. Somente nesse caso o projeto é encaminhado para votação no Senado, onde necessita do aval de 49 parlamentares.

No Planalto há uma divergência sobre a melhor estratégia para que o desgaste de mexer na aposentadoria não respingue tanto em Temer. Para muitos, a reforma deve entrar em votação a qualquer custo, mesmo sob risco de derrota. Outros, no entanto, avaliam que, sem apoio, o governo não tem por que passar por esse vexame em plenário. Até agora, apesar dos apelos da equipe de Temer, muitos deputados da base aliada argumentam que tratar de um assunto tão espinhoso, nesse momento, equivale a um "suicídio eleitoral".

Na tentativa de justificar a urgência das mudanças nos benefícios do Instituto Nacional

do Seguro Social (INSS) e nas aposentadorias do setor público, o governo insiste em lembrar o colapso desse sistema na Grécia, em Portugal e na Espanha, sem contar a crise vivida no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Rio Grande do Norte.

Cálculos da equipe econômica indicam que a Grécia gastava com Previdência 13% do Produto Interno Bruto (PIB), quando suas finanças ficaram descontroladas. Esse percentual seria equivalente ao montante empregado no Brasil com o pagamento dos benefícios.

### **Temer: só faltam 40 votos para aprovar reforma da Previdência**

05/02/2018 – Fonte: Tribuna PR

O presidente Michel Temer afirmou, em entrevista à RedeTV exibida na noite desta segunda-feira, 5, que faltam “só 40 votos” para o governo conseguir aprovar a reforma da Previdência na Câmara. A entrevista foi gravada na sexta-feira, 2. O presidente declarou ainda que, conforme o ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, há 70 indecisos que podem decidir votar com o governo nas próximas duas semanas. Segundo Temer, o Congresso pode pegar “uma onda que traz os votos com facilidade”.

O governo quer votar o texto no plenário da Câmara no dia 20. Temer declarou, na entrevista, que vai “até o fim” para aprovar a reforma da Previdência, mas que a proposta precisa ser votada em primeiro turno até o “final de fevereiro, início de março”. “Estamos chegando à conclusão que não há como deixar este tema permanentemente o ano todo”, disse. “Se não for votado, realmente fica difícil, aí temos que ir para outras pautas.”

Para o presidente, a sociedade está entendendo a necessidade de reformar o sistema previdenciário brasileiro e isso deve ecoar no voto dos parlamentares. O presidente afirmou, ainda, que os parlamentares que votarem a favor da proposta vão ganhar eleitoralmente, mas reconheceu que o ano eleitoral dificulta a negociação do governo para conseguir os 308 votos necessários na Câmara. “Os candidatos não querem desagradar os eleitores.” Além disso, Temer disse que há uma “natural resistência” de corporações contra a reforma.

Temer afirmou também que, se a reforma for aprovada agora, o assunto não será tema das eleições presidenciais. Do contrário, o presidente acredita que os candidatos serão questionados sobre seu posicionamento em relação à Previdência.

Mais uma vez, o emedebista destacou que, se a reforma não for feita agora, o sistema previdenciário pode “quebrar” em dois ou três anos. Temer declarou que poderia “silenciar” e deixar o assunto para outro governo, mas que está pensando nos próximos presidentes ao propor a medida.

Temer prometeu que, se aprovada a reforma, mudanças para os militares serão feitas na sequência.

### **CNI e Fiemg apoiam campanha que defende reforma da Previdência**

05/02/2018 – Fonte: EM.com

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) e o Sistema FIEMG apoiam a campanha Todos pela Reforma da Previdência - Pro Brasil não quebrar. Composta por cartaz, selo, material para compartilhamento nas redes sociais, cartilha e tira-dúvidas, a campanha esclarece e mostra à população a importância das mudanças nas regras da aposentadoria.

Além da CNI, apoiam a mobilização as confederações empresariais da agricultura (CNA), dos transportes (CNT), do comércio (CNC), das instituições financeiras (CNF),

das seguradoras e de previdência privada (CNSeg) e das cooperativas (CNCoop) e outras entidades.

A indústria participa da mobilização nacional em apoio à reforma porque considera que as mudanças são cruciais para garantir o ajuste fiscal e o controle do déficit da Previdência. Com isso, haverá mais recursos para investimentos em áreas como saúde, educação e infraestrutura.

"A reforma da Previdência precisa ser aprovada para o país equilibrar as contas e garantir a manutenção do pagamento das aposentadorias", afirma o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade. "As mudanças são necessárias e urgentes", completa Andrade.

### **Os riscos do desequilíbrio**

O material da campanha mostra que o rombo das contas da Previdência não para de crescer. Subiu de R\$ 220 bilhões em 2016 para R\$ 268 bilhões em 2017. "Portugal, Espanha e Grécia quebraram por causa da previdência e tiveram que baixar o valor dos benefícios, pois demoraram muito para fazer a reforma. Estados como Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro e agora Minas Gerais estão passando por uma situação caótica. E o Brasil não pode seguir por esse caminho", alerta a campanha.

Além disso, destaca que a proposta em tramitação no Congresso Nacional não atingirá quem está aposentado ou quem já pode se aposentar.

Nada muda para os trabalhadores rurais e para os idosos e deficientes de baixa renda que recebem o Benefício da Prestação Continuada (BPC). A campanha acrescenta que a reforma "é justamente contra os privilégios e a favor da igualdade".

Lembra, ainda, que para pagar os benefícios de poucos privilegiados, a população perde investimentos em saúde, educação e segurança. "Só com o rombo de um ano, daria para pagar mais de 10 anos de Bolsa Família, por exemplo", informa.

**'É essencial que reformemos a Previdência para retirar privilégios', diz Eunício**

05/02/2018 – Fonte: EM.com

Congresso Nacional, Eunício Oliveira (MDB-CE), disse que não se deve admitir uma reforma da Previdência que prejudique aqueles que têm menos condições na sociedade brasileira.

"É essencial que reformemos, sim, a Previdência para eliminar privilégios, muitas vezes, injustificáveis. Não podemos admitir uma reforma que prejudique aquelas que têm menos condições, como o agricultor, pessoas com necessidades especiais e aqueles que recebem apenas um salário mínimo", defendeu. "São os privilégios que desequilibram o sistema previdenciário".

Eunício ainda falou sobre as eleições deste ano. Segundo ele, "a vontade do eleitor mostrará que demonizar a política não serve a nenhum propósito". "Vontade do eleitor mostrará que a política é o único caminho", resumiu.



## **'Chegou a hora de tomar decisão', diz Temer sobre Previdência**

05/02/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

### ***Aviso foi dado no momento que o Planalto tenta conquistar os votos***

O presidente Michel Temer afirmou, em mensagem ao Congresso, que seu governo fez ajustes para suavizar o projeto da reforma da Previdência e que "chegou a hora de tomar uma decisão" sobre a proposta.

O aviso foi dado no momento em que o Palácio do Planalto tenta conquistar os votos necessários para aprovar as mudanças na aposentadoria, enquanto parlamentares fazem novas pressões para flexibilizar o texto.

O presidente declarou que a reforma é urgente e apontou que o texto enviado pelo governo em dezembro de 2016 já foi "amplamente discutido" ao longo do ano passado. "O diálogo tem sido nosso método. Fizemos ajustes para atender a preocupações legítimas, para criar regras de transição mais suaves. Chegou a hora de tomar uma decisão", afirmou o presidente, na mensagem lida pelo deputado Giacombo (PR-PR) no plenário da Câmara, nesta segunda-feira (5).

O presidente afirmou que a reforma, cuja votação está marcada para 20 de fevereiro, tem o objetivo de combater desigualdades e "protege os mais pobres" --em uma referência às alterações que retiraram da proposta original as mudanças nos benefícios de trabalhadores rurais e idosos de baixa renda.

"É nosso dever concluir a agenda de modernização de que o Brasil tanto precisa", declarou o governo. "O atual sistema é socialmente injusto e financeiramente insustentável."

Temer enviou ao Congresso uma mensagem em tom otimista, em que afirma que seu governo levou o Brasil a superar uma crise econômica, reduzindo juros e inflação, e recuperando a atividade das empresas estatais.

O presidente citou medidas consideradas populares pelo Planalto para recuperação da renda e na área social, como a liberação do saque de contas inativas do FGTS e a redução da fila para acesso ao Bolsa Família.

"Uma economia que vai bem cria os espaços orçamentários para políticas sociais indispensáveis em um país como o Brasil. Uma economia que vai bem é decisiva para resultados efetivos na área social", acrescentou.

Temer compartilhou com o Congresso o mérito pela aprovação da reforma trabalhista, mencionada como parte do que chamou de "a mais ambiciosa agenda de reformas em décadas".

"Novas modalidades de trabalho, próprias da economia contemporânea, ganharam proteção legal. Os acordos coletivos foram valorizados. [...] Tudo isso sem tocar em direitos", afirmou o presidente, na mensagem.

O governo elencou algumas das suas prioridades em 2018, como a simplificação tributária e medidas de combate à violência e ao crime organizado.

"É também imprescindível, para o Brasil que queremos, prover segurança para nossos cidadãos. Muitos são os brasileiros que têm a sensação de viver sitiados. O nível a que chegou a violência em nosso País é intolerável", declarou.

## **Previsão de relator sobre Previdência frustra Planalto**

06/02/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

### **Arthur Maia defendeu que o texto seja votado neste mês ou retirado da pauta**

O discurso do relator da reforma da Previdência, deputado Arthur Maia (PPS-BA), sobre a conclusão de um texto final para a proposta frustrou as expectativas do Palácio do Planalto.

A duas semanas da data marcada para o início da discussão da reforma no plenário da Câmara, as possíveis mudanças não estão fechadas.

Após uma série de reuniões no fim de semana, o relator reconheceu que pretendia mostrar uma nova versão da mudança nas regras de aposentadoria ao presidente Michel Temer nesta segunda, mas argumentou que não seria possível devido ao impasse nas negociações com as bancadas dos partidos aliados.

Mesmo com a dificuldade em conseguir os 308 votos necessários para fazer avançar a proposta no Congresso, Arthur Maia defendeu que o texto seja votado neste mês ou retirado da pauta da Câmara.

"Estamos em um momento decisivo. Não há como esperar. Ou vota ou tira e acaba com essa conversa. Se não votarmos em fevereiro, não há mais o que ser feito. É a minha opinião", afirmou.

Nesta segunda, a Folha revelou que, caso o governo não conseguir reunir o apoio suficiente para aprovar a reforma em 20 de fevereiro --para quando está marcada a votação --, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), quer tirar a proposta da pauta e deixar o texto como "um legado" para 2019, sob a apreciação de um novo presidente da República.

Minutos após a fala de Arthur Maia, o ministro Carlos Marun (Secretaria de Governo), responsável pela articulação política do Planalto, disse que "o ideal" seria divulgar a versão final da proposta até o fim desta semana, antes do feriado de Carnaval.

Para o ministro, é importante que o texto seja conhecido pelos parlamentares -a maior parte ainda refratária à aprovação das mudanças nas regras de aposentadoria - antes do início da discussão em plenário, marcada para o dia 19 de fevereiro.

"Não chega a ser uma frustração [caso o novo texto não seja apresentado nesta semana]. Realmente é nosso desejo termos já nesta semana o nosso texto definido. Sei também que esse é o pensamento do relator, então ele deve estar trabalhando nesse sentido. Vou conversar com ele", afirmou Marun.

O ministro admitiu, porém, que nos últimos dias ainda não chegaram até ele propostas de flexibilização no texto "corroboradas do compromisso de votos".

A resistência de Marun começa a se tornar um foco isolado no governo, diante do pessimismo dos principais ministros e auxiliares de Temer e do próprio presidente da Câmara quando ao avanço da medida no Congresso.

Em reunião na semana passada, segundo a Folha apurou, ministros do núcleo político do presidente, como Eliseu Padilha (Casa Civil) e Moreira Franco (Secretaria-Geral) já corroboravam a tese de Maia de que, caso não haja apoio suficiente para a reforma no dia 20, é melhor que o texto saia da pauta.

### **TRANSIÇÃO**

Na previsão de Arthur Maia, se a discussão da reforma em plenário começar no dia 19, a votação só deve ocorrer, de fato, na semana seguinte, após um longo processo

de debates. A apresentação formal da emenda aglutinativa só ocorrerá quando a discussão tiver início.

Apesar de ter afirmado que não há mudanças fechadas até agora, o relator defendeu flexibilização nas regras de transição. "É muito melhor ceder nas regras transitórias e garantir as permanentes", disse.

Um dos pontos em discussão é o acúmulo de pensão e aposentadoria. De acordo com a última versão, uma pessoa só pode receber os dois benefícios até o limite de dois salários mínimos.

Arthur Maia disse que não é "razoável" permitir o acúmulo sem um limite, mas reconheceu a possibilidade de alterar essa regra de alguma forma.

"Existe proposta que permite acumulação e tem decréscimo percentual a cada ano que passa, para que haja acomodação financeira de um casal de aposentados. Tudo isso está no campo das hipóteses."

Outro trecho da reforma pode ser alterado para atender funcionários públicos. Os servidores que assumiram até 2003 vêm brigando por uma transição mais benéfica. Pela última proposta, eles teriam que esperar até os 65 anos (homem) e 62 (mulher) para ter direito à integralidade do benefício e paridade (reajuste igual ao de servidores da ativa).

Arthur Maia defendeu novamente que sejam feitas mudanças que garantam votos a favor do texto e repetiu que só não é possível mudar a imposição de uma idade mínima para a aposentadoria e a extinção de privilégios.

"Temos que aprovar uma reforma que caiba dentro da condição política que o Congresso Nacional vive neste momento."

### **Maia evoca ao Congresso crédito por recuperação econômica**

06/02/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

#### ***Segundo ele, aprovação da reforma trabalhista ajudou a reduzir desemprego***

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), fez nesta segunda-feira (5) um discurso em que evocou os créditos ao Congresso da recuperação econômica do país e disse que não tem "nenhum constrangimento" em defender a reforma da Previdência publicamente.

Em um momento delicado para o governo, que ainda não conseguiu angariar os 308 votos necessários para fazer avançar a proposta na Câmara, Maia ressaltou a ideia de que a reforma "garantirá igualdade" entre servidores do setor público e privado, apesar de novas concessões ainda estarem sendo feitas no texto no sentido contrário.

"Não tenho nenhum problema, nenhum constrangimento, de dizer neste plenário que a reforma da Previdência, da forma como está colocada, não é para beneficiar ninguém que ganha o teto do salário do servidor público, ninguém que ganha o teto do regime federal. Essa Previdência vem para garantir igualdade", disse Maia durante a abertura do Ano Legislativo.

Em rápido discurso, o presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), também ecoou a tese de que é "essencial" fazer a reforma da Previdência para "eliminar privilégios, muitas vezes injustificáveis".

Já o presidente da Câmara aproveitou para fazer uma fala de caráter nacional, em que acenou aos governadores ao citar problemas financeiros dos Estados, e exigiu a divisão com o Palácio do Planalto do bônus pela melhora dos índices econômicos.

Segundo ele, a aprovação pelo Congresso de pautas como a reforma trabalhista e o projeto que regulamenta a terceirização ajudaram na redução da taxa de desemprego.

"A taxa de desemprego no meio do ano de 2016 chegou ao patamar de 14%, uma taxa que, certamente com esforço do governo e do Congresso, vem caindo ano a ano", disse Maia.

O discurso faz parte de uma estratégia eleitoral do presidente da Câmara que, há pelo menos três meses, tem feito ganhar corpo sua pretensão em se candidatar ao Planalto nas eleições deste ano.

Maia sabe que a nova Previdência é uma bandeira impopular e defende que, caso não haja votos suficientes para aprová-la em 20 de fevereiro, a proposta seja retirada da pauta, como mostrou a Folha.

Ao final de sua fala, o deputado voltou a dizer que a Câmara tratará este ano de projetos relacionados à segurança pública, reorganização das despesas dos Estados e medidas microeconômicas, todas de mais apelo junto à sociedade.

Ele citou ainda a privatização da Eletrobras como uma medida sobre a qual os deputados vão se beneficiar em breve.

A aliados, Maia já admitiu que, sem a nova Previdência, são propostas como estas que vão acalmar o mercado.

### **Maia negocia com governadores fundo de compensação previdenciária**

06/02/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

#### ***Sem votos para reforma, presidente da Câmara reuniu-se com 10 governadores***



Maia admite que o governo ainda não tem os 308 votos necessários para aprovar a reforma - Folhapress

Em um último esforço para tentar votos para aprovar a reforma da Previdência, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), articula com governadores a criação de um fundo de compensação previdenciária para o rombo dos Estados.

Maia reuniu-se nesta segunda-feira (5) com dez governadores (MG, RJ, TO, AL, DF, AC, GO, SC, RS e PI), além de um representante de Sergipe.

O presidente Rodrigo pediu que nos esforcemos no sentido de fazer uma agenda mínima que possa unificar Estados e o Congresso Nacional em relação a questões previdenciárias, que são urgentes, disse o governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), um dos participantes da reunião.

Segundo o governador, a ideia é criar um fundo de compensação previdenciária em um pacote que tratará também da securitização das dívidas ativas dos Estados. A proposta seria votada até março.

Ainda não está definido de onde viriam os recursos para este fundo.

Perillo disse não ter havido um pedido formal de apoio à reforma da Previdência em troca da criação do fundo, mas deixou clara a relação entre os dois temas.

Não dá para aprovar aquilo que atenda só os governadores se a gente não resolve um problema que atenda o país, disse Perillo.

Segundo o governador José Ivo Sartori (PMDB-RS), secretários da Fazenda vão se encontrar na quinta-feira (15) após o Carnaval para uma discussão preliminar.

No dia 19, data em que está prevista a votação da reforma da Previdência na Câmara, os governadores voltarão a se encontrar com Maia.

A reunião, segundo Sartori, é para ver a viabilidade de constituir um fundo de ativos que possa suportar o futuro da Previdência dos Estados.

Eles têm interesse em resolver alguns temas. Sabem que a questão previdenciária está fora de controle para eles e para a União, disse Rodrigo Maia.

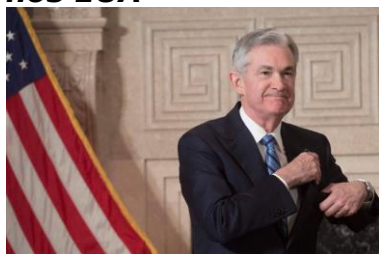
Desde a semana passada, Maia admite que o governo ainda não tem os 308 votos necessários para aprovar a reforma previdenciária.

Ele disse à Folha que não colocará a proposta em votação sem ter certeza de vitória. Ele também afirmou que, se não votar o texto em fevereiro, não votará mais neste ano.

### **Bolsa acompanha exterior e afunda 2,6%; dólar encosta em R\$ 3,25**

06/02/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

### **Índice Dow Jones zera ganhos no ano, por preocupações com altas de juros nos EUA**



Jerome Powell, novo presidente do banco central americano, faz juramento para assumir o cargo –

O exterior voltou a pesar nesta segunda (5) e provocou nova desvalorização da Bolsa brasileira, em dia de forte queda dos índices americanos pela expectativa de novos aumentos de juros nos Estados Unidos. O dólar subiu e encostou em R\$ 3,25.

O Ibovespa, índice das ações mais negociadas, fechou em queda de 2,59%, para 81.861 pontos. Foi a segunda baixa seguida. O volume financeiro negociado foi de R\$ 9,7 bilhões. A média diária de fevereiro está em R\$ 11,3 bilhões.

O dólar comercial subiu 1,02%, para R\$ 3,248. O dólar à vista, que fecha mais cedo, teve alta de 0,81%, para R\$ 3,243.

A sessão foi de nova realização de lucros nos mercados acionários de Brasil, Europa e Estados Unidos. Os principais índices europeus praticamente zeraram os ganhos do ano.

A Bolsa de Londres recuou 1,46% no dia, enquanto em 2018 acumula desvalorização de 4,6%. A Bolsa de Paris teve queda de 1,48% --no ano, a baixa é de 0,5%. Em Frankfurt, o DAX perdeu 0,76%, e em 2018 caiu 1,78%.

Milão (-1,64%), Madri (-1,44%) e Lisboa (-2,02%) também recuaram nesta segunda. No ano, porém, ainda estão em terreno positivo: sobem, respectivamente, 4,4%, 0,2% e 0,5%.

Nos Estados Unidos, a queda era mais intensa. O Dow Jones, índice das ações mais negociadas, chegou a cair 6,26%, mas moderou e fechou com baixa de 4,6% --ainda assim, a maior depreciação diária desde 10 de agosto de 2011. No ano, o Dow Jones zerou os ganhos e agora recua 1,5%.

O S&P 500, que perdeu 4,5% na mínima, caiu 4,1%. No ano, se deprecia 0,9%. E a Nasdaq se desvalorizou 3,78% --mas ainda sobe 0,9% no ano.

A aversão a mercados de risco acabou contaminando a Bolsa brasileira, que fechou no menor patamar do dia. A preocupação dos investidores, afirma Roberto Indech, analista-chefe da Rico Investimentos, é com novos aumentos de juros nos Estados Unidos. Além da expectativa de mais do que três altas neste ano, agora o mercado passa a ver três altas em 2019 --eram duas, antes.

Na sexta (2), dados fortes de mercado de trabalho derrubaram as principais Bolsas do mundo, diante da perspectiva de que as altas atraíam recursos que, hoje, estão aplicados em mercados de renda variável.

Foram criadas 200 mil vagas de trabalho fora do setor agrícola, ante 160 mil em dezembro, de acordo com dados do Departamento do Trabalho americano. O centro de expectativas de economistas consultados pela agência internacional Bloomberg era de geração de 180 mil postos de emprego.

Fabrizio Stagliano, analista-chefe da Walpires Corretora, avalia que ainda há espaço para mais realização de lucro no mercado brasileiro. "O mercado tem argumentos para cair e para realizar lucros, porque esticou bastante. Parte dos agentes econômicos achava que poderia haver realização, porque lá fora os índices só testavam máximas", afirmou.

Para ele, a Bolsa brasileira pode cair até os 79 mil pontos --2.000 abaixo do nível atual. "Nosso mercado ficou bastante tempo descolado do exterior. Se tivéssemos um cenário mais maduro em relação à reforma da Previdência e um candidato pró-reformas mais destacado nas pesquisas, poderíamos não estar caindo tanto", ressalta.

## **AÇÕES**

Das 64 ações do Ibovespa, 62 caíram, uma subiu e uma se manteve estável. A única alta do dia foi registrada pela Klabin, que se valorizou 0,62%.

Já a CSN protagonizou a maior queda do índice, ao recuar 5,76%. A Gerdau caiu 5,7%, e a Metalúrgica Gerdau se depreciou 5,18%.

As ações da Petrobras acompanharam a queda dos preços do petróleo no exterior e fecharam em baixa superior a 4%. Os papéis mais negociados recuaram 4,66%, para R\$ 19,04. As ações ordinárias tiveram queda de 4,50%, para R\$ 20,57.

Os preços da commodity eram pressionados por uma maior produção nos Estados Unidos e por um mercado físico fraco, além de um recuo generalizado em ações e matérias-primas.

A mineradora Vale viu suas ações ordinárias caírem 1,10%, para R\$ 40,35.

No setor financeiro, as ações dos bancos fecharam em baixa. Os papéis do Itaú Unibanco recuaram 3,51%. O Banco do Brasil teve baixa de 2,98%, e as units -- conjunto de ações-- do Santander Brasil perderam 4,07%.

As ações do Bradesco também fecharam em baixa, afetadas pelo pessimismo generalizado do mercado. O banco anunciou nesta segunda que Octavio de Lazari Junior, 54, substituirá Luiz Carlos Trabuco na Presidência Executiva do banco a partir de março. Os papéis preferenciais caíram 1,61%, e os ordinários se desvalorizaram 2,23%.

## **CÂMBIO**

O dólar se valorizou em relação a 24 das 31 principais moedas do mundo.

Altas adicionais dos juros nos EUA tendem a atrair recursos que, hoje, estão aplicados em emergentes como o Brasil, pressionando a cotação da moeda americana.

O CDS (credit default swap, termômetro de risco-país) do Brasil subiu 4,35%, para 157 pontos. Foi a maior alta diária desde 20 de setembro de 2017 (+12,22%).

No mercado de juros futuros, os contratos mais negociados tiveram queda. O contrato com vencimento em abril de 2018 recuou de 6,660% para 6,653%. Já o contrato para janeiro de 2019 caiu 6,830% para 6,820%.

## **Materiais de construção mais caros aceleram inflação do setor no IGP-DI, diz FGV**

06/02/2018 – Fonte: Tribuna PR

As despesas com materiais na construção subiram mais em janeiro, o que levou a uma aceleração na inflação do setor dentro do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), informou a Fundação Getulio Vargas (FGV) na manhã desta terça-feira, 6.

O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC-DI) teve elevação de 0,31% em janeiro, após uma alta de 0,07% em dezembro de 2017.

O índice relativo a Materiais, Equipamentos e Serviços aumentou 0,69% no último mês, ante um crescimento de 0,11% em dezembro passado.

Já o índice que representa o custo da Mão de Obra ficou estável em janeiro, depois de ter subido 0,05% no último mês de 2017.

## **FGV: alimentos mais caros pressionam inflação ao consumidor no IGP-DI de janeiro**

06/02/2018 – Fonte: Tribuna PR

Os aumentos de preços dos alimentos pesaram na inflação ao consumidor medida pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) em janeiro, informou a Fundação Getulio Vargas (FGV) nesta terça-feira, 6. O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-DI) teve um avanço de 0,69% no último mês, após uma alta de 0,21% em dezembro.

Seis das oito classes de despesa registraram taxas de variação maiores. A principal contribuição para o avanço do IPC-DI partiu do grupo Alimentação, que saiu de um aumento de 0,27% em dezembro para elevação de 1,23% em janeiro, sob pressão de itens como hortaliças e legumes, que passou de -0,29% para 15,75% no período.

Os demais acréscimos ocorreram em Educação, Leitura e Recreação (de 0,37% para 2,75%), Transportes (de 0,78% para 1,12%), Vestuário (de 0,11% para 0,34%), Comunicação (de -0,07% para 0,13%) e Saúde e Cuidados Pessoais (de 0,45% para 0,50%).

Houve contribuição dos itens cursos formais (de 0,00% para 5,84%), tarifa de ônibus urbano (de -0,90% para 2,08%), calçados (de -0,04% para 0,77%), tarifa de telefone residencial (de -1,01% para 0,07%) e protetores para a pele (de -2,30% para 0,78%), respectivamente.

Na direção oposta, as taxas foram mais baixas nos grupos Habitação (de -0,33% para -0,47%) e Despesas Diversas (de 0,21% para 0,14%), com contribuição da tarifa de eletricidade residencial (de -2,93% para -4,25%) e alimentos para animais domésticos (de 1,89% para 0,58%).

O núcleo do IPC-DI registrou alta de 0,44% em janeiro, ante avanço de 0,33% em dezembro. Dos 85 itens componentes do IPC, 44 foram excluídos do cálculo do núcleo. O índice de difusão, que mede a proporção de itens com aumentos de preços, foi de 70,12% em janeiro, 15,39 pontos percentuais acima do resultado de 54,73% registrado em dezembro.

## **Mês mal começou e Petrobrás anuncia terceiro reajuste da gasolina**

06/02/2018 – Fonte: Tribuna PR



A Petrobras reajustou, mais uma vez, os preços da gasolina para as distribuidoras em 0,5% e do diesel em 0,6%. O aumento vale a partir desta terça-feira (6). Esta foi a terceira correção neste mês.

A que entrou em vigor no sábado (3) teve os mesmos percentuais, e a que passou a valer na sexta-feira (2), ficou em 0,8% para a gasolina.

Na véspera, para o dia 1º, a estatal tinha anunciado reduções nos preços dos dois produtos. A queda para a gasolina ficou em 1,5% e no diesel em 1,4%.

De acordo com a companhia, a política de preços para a gasolina e para o diesel vendidos nas suas refinarias às distribuidoras tem como base o preço de paridade de importação, "que representa a alternativa de suprimento oferecido pelos nossos principais concorrentes para o mercado, na importação do produto".

Somado a isso, a empresa informa na sua página que é avaliada a margem que considera "os riscos inerentes à atividade de importação, como volatilidade da taxa de câmbio e dos preços".

Ainda na sua página na internet, a Petrobras informa que, em busca de convergência no curto prazo com a paridade do mercado internacional, analisa a sua participação no mercado interno e avalia frequentemente se haverá manutenção, redução ou aumento nos preços praticados nas refinarias. "Sendo assim, os ajustes nos preços podem ser realizados a qualquer momento, inclusive diariamente", apontou.



06/02/2018 – Fonte: Automotive Business

### **Em dois meses, empresa fecha vendas de 6,2 mil veículos para entrega em 2018**

Após fechar vendas 6,2 mil veículos nos últimos dois meses, o ano começou acelerado na **Mercedes-Benz** e o clima mudou, bem diferente dos últimos quatro anos de profunda recessão.

Agora todas as projeções apontam para a volta de crescimento. Roberto Leoncini, vice-presidente de vendas e marketing da empresa, aposta em expansão de 30% nas compras de caminhões no Brasil, e de 15% para os ônibus.

As renovações de algumas grandes frotas estão ajudando significativamente as vendas de caminhões da Mercedes-Benz. Foram fechados 250 negócios em dezembro e 823 em janeiro, totalizando 1.073 nos dois meses.

O maior comprador foi o Grupo Raízen, dono da marca Shell no País, que sozinho foi responsável por mais da metade dos contratos nesses 60 dias, com a aquisição de extrapesados, 233 Axor para ajuda na colheita de cana e 300 Actros para o transporte de combustíveis.

“Fechamos vendas importantes que garantem entregas nos próximos meses. Mas existem muitas outras conversas em andamento que devem abrir novas oportunidades este ano”, diz Leoncini.

O executivo destaca que a oferta de serviços e crédito tem feito diferença na hora de fechar os contratos.

“Mapeamos a situação de muitos clientes e hoje podemos oferecer pacotes que facilitam os negócios, como modelos diferentes de financiamento de acordo com a necessidade de cada um”, afirma.

Segundo Leoncini, as mudanças do Finame, principal instrumento para financiar a aquisição de caminhões no País, com a aplicação da TLP (taxa variável de longo prazo) sobre as parcelas, tem causado muita confusão no mercado, “mas depois que o comprador entende continua a ser competitivo, embora daqui por diante outras modalidades vão ganhar mais espaço, como CDC com juros fixos, leasing e consórcio”, avalia.

Para este ano, a expectativa é que boa parte do crescimento das vendas de caminhões venha, mais uma vez, do agronegócio. “É a grande frente de expansão, mas também já percebemos aumento de pedidos no setor de logística, como carga industrial, que vem do reaquecimento da economia e da produção, como a nossa própria aqui”, lembra Leoncini.

### **ÔNIBUS EM ALTA**

De todas as vendas da Mercedes-Benz na virada de 2017 para 2018, a grande maioria foi de chassis de ônibus: foram perto 2 mil unidades por mês, com 1.905 em dezembro e 2.080 em janeiro, no total de 3.985. A maior venda foi para o programa Caminho da Escola do governo federal, que compra veículos escolares para diversos municípios brasileiros. Na última licitação, a Mercedes venceu a concorrência para entregar 1,6 mil micro-ônibus ao longo de 2018.



Para aplicações de transporte urbano, a fabricante tem já contratos fechados para entregar 480 chassis, sendo 300 para cidades do Estado de São Paulo e 180 para Recife, capital de Pernambuco. "Existem outras negociações em curso que devem se confirmar ao longo do ano. Esperamos por renovações de diversas frotas municipais no País e projetamos em 2018 crescimento em todos os segmentos, urbano, rodoviário e escolar", diz Leoncini.

O reaquecimento da divisão de ônibus começou em dezembro com dois grandes negócios: o fechamento da venda de mil chassis rodoviários e urbanos para o Grupo Constantino, além de 905 micro-ônibus para a Secretaria de Saúde de Minas Gerais.

### **LINHA SPRINTER LIDERA MERCADO**



Em 2017 a Mercedes-Benz comemorou, após 10 anos, a retomada da liderança do mercado de comerciais leves nos segmentos em que atua (vans de passageiro, furgões e caminhonetes chassi-cabine). Com 6.327 unidades emplacadas e crescimento de 31% sobre 2016, foi a única marca que obteve expansão das vendas no segmento, que como um todo caiu 5% ano passado.

Em dezembro e janeiro foram fechados novos contratos para entrega de 1.154 veículos comerciais leves Mercedes-Benz nos próximos meses. "Este ano os números começaram bem positivos, com alta de 20% sobre janeiro do ano passado e participação de 39%", conta Jefferson Ferrarez, diretor de vendas e marketing de vans.

Para 2018, ele espera manter o market share de 55% nas vendas de vans grandes de passageiros, que garante a liderança da marca no segmento, e de 22% dos negócios de caminhonetes chassi-cabine, enquanto estima que pode crescer levemente de 32% para 34% a fatia das preferências pelos furgões de grande porte da Mercedes.

Entre os negócios recentes, ele destaca a venda de 579 vans Sprinter por licitação da Secretaria de Planejamento de Minas Gerais, além de 575 furgões que vão operar como ambulâncias do Samu – em outubro a marca já havia conquistado o fornecimento de 225 unidades para o Serviço de Atendimento Médico de Urgência, somando o total de 800 veículos a serem entregues em 2018.

Segundo Ferrarez, a alta das vendas da linha Sprinter é explicada em parte pela ausência da concorrência da Fiat Ducato em 2017, que volta a ser vendida este ano (leia [aqui](#)).

"Sem o concorrente no mercado, os clientes procuraram por outras alternativas e nós ganhamos mais com isso", explica o diretor. Ele garante que, mesmo com a chegada da nova Ducato a preços competitivos, não se pretende mexer na tabela da Sprinter. "Nossa estratégia é oferecer um produto com nível tecnológico mais alto, custos mais baixos e maior número de opções de modelos", afirma.

## PEÇAS E SERVIÇOS

A divisão de peças e serviços da Mercedes-Benz fechou 2017 com desempenho acima da média e perspectivas positivas para 2018. As vendas de componentes genuínos de reposição da marca, para veículos com até seis anos de idade, cresceram 21,4% em comparação com 2016. Mas a expansão mais expressiva, de 90%, foi para o selo Alliance Truck Parts, de peças multimarcas distribuídas pela Mercedes para diversos tipos de caminhões.

Também está em crescimento a oferta de serviços dedicados, em que as concessionárias enviam profissionais de reparação às garagens de grandes frotistas. "Foram 27 novas contratações em 2017, oito só para a Raízen", conta Sílvio Renan, diretor de peças e serviços da Mercedes-Benz.

Ele destaca ainda a venda de mil planos de manutenção com o sistema de rastreamento Flerboard, sendo que 400 já incorporam o sistema de telediagnose (diagnóstico de defeitos à distância) lançado na última Fenatran, em outubro passado. "Já temos 600 Fleetboards com telediagnose que serão ativados no início deste ano em caminhões que vão carregar a próxima safra", diz Renan.

Outro fator que impulsiona as vendas da divisão é o programa de fidelidade e prêmios lançado ano passado: para cada R\$ 1 gasto em peças e serviços na rede Mercedes-Benz, o beneficiário acumula 1 ponto, que poderá ser trocado por descontos nas concessionárias. Segundo Renan, o aplicativo do programa já teve 30 mil downloads.

### **Lucro líquido da Paccar mais que dobra em 2017**

06/02/2018 – Fonte: Automotive Business



### **Grupo reporta US\$ 1,68 bilhão contra os US\$ 521,7 milhões de 2016**

O **lucro líquido** da **Paccar** mais que dobrou em 2017 ao atingir cifra de US\$ 1,68 bilhão (ou US\$ 4,75 por ação) contra os US\$ 521,7 milhões apurados no ano anterior, incluindo um benefício fiscal obtido no ano passado no valor de US\$ 173,4 milhões, informa em comunicado. O lucro líquido ajustado, sem considerar o benefício fiscal, ficou em US\$ 1,5 bilhão (US\$ 4,26 por ação).

Com vendas de 158,9 mil caminhões DAF, Kenworth e Peterbilt em todo o mundo, o faturamento foi recorde: o grupo encerrou o ano passado com receita de US\$ 19,46 bilhões, aumento de 14% na comparação com os US\$ 17,03 bilhões de um ano antes. A lucratividade e o fluxo de caixa robusto permitiram que a empresa investisse em seus mercados essenciais, como América do Norte e Europa, além de expandir sua presença nos mercados emergentes.

"A Paccar está bem posicionada para crescer em longo prazo, com investimentos contínuos em novos modelos de caminhão, conjuntos propulsores integrados, designs aerodinâmicos de caminhões otimizados, assistência avançada ao condutor, tecnologias de conectividade para caminhões e expansão nas instalações de produção e de distribuição de peças", acrescentou Armstrong.

As vendas no varejo foram positivas em todos os seus principais mercados, incluindo América do Norte, América do Sul e Europa. "As economias europeias tem crescido de modo estável por quatro anos consecutivos, levando a uma forte atividade de

transporte e demanda por caminhões”, disse o presidente da DAF, Preston Feight.

Em seu relatório, a empresa considerou boa a sua produção de caminhões e participação de mercado nos mercados da Austrália, México, Taiwan e Brasil, com um total de 17,6 mil unidades no total, considerando esses mercados e regiões vizinhas.

“A DAF Brasil foi homenageada em 2017 pela Fenabrave, a Associação de Revendedores da Indústria do Brasil, como a marca de caminhão mais desejada do país pelo segundo ano consecutivo”, disse Marco Davila, Vice-Presidente da Paccar.

Também foi recorde o faturamento da Paccar Parts, divisão de autopeças para o mercado de reposição, o qual reportou ganhos de US\$ 3,33 bilhões.

A divisão de serviços financeiros também encerrou o ano com resultado positivo ao declarar receita 6,7% maior, para US\$ 1,26 bilhão contra os US\$ 1,18 bilhão apurados em 2016.

## **Negócios e networking agitam Fórum da Indústria Automobilística**

06/02/2018 – Fonte: Automotive Business



### **Evento essencial para profissionais do setor acontece no dia 16 de abril**

Enquanto tendências radicais no campo da mobilidade estão em evidência, definindo novas regras para a concepção, produção e uso do automóvel e colocando em polvorosa as empresas automotivas, o País procura reencontrar o caminho do crescimento da indústria automobilística e planejar a evolução da legislação e dos negócios pelos próximos 15 anos.

Esse cenário será o pano de fundo para o [Fórum da Indústria Automobilística](#), que será promovido por **Automotive Business** em São Paulo, dia 16 de abril, no Golden Hall do Hotel Sheraton WTC. Será uma oportunidade ímpar para rever o planejamento de atividades, definir estratégias, obter insights de valor, costurar o budget e praticar o networking em um ambiente frequentado por especialistas e executivos de primeiro nível na região.

Em nona edição, o evento trará palestras e debates para analisar o momento de disrupção no setor automotiva e os avanços do Rota 2030, programa que o MDIC – Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços promete colocar no ar até o final de fevereiro para dinamizar as atividades da indústria automobilística.

Antonio Megale, presidente da Anfavea, a entidade dos fabricantes de veículos, avaliará o impacto da nova política industrial no mercado automotivo e segmentos relacionados. A análise será complementada por palestra de Paulo Cardamone, diretor da Bright Consulting, que terá por tema a nova política de competitividade.

### **INOVAÇÃO, ECONOMIA E A CADEIA DE AUTOPEÇAS EM DEBATE**

Gil Giardelli, consultor da 5era Gaia Criative vai mostrar sua visão sobre o futuro inteligente além da inovação, explicando como o cenário de ruptura da lógica atual da indústria e a vida digital afetam a vida de empresas e profissionais. Caberá a Octavio

de Barros, presidente do conselho do Instituto República, descrever as tendências na área econômica, traçando perspectivas para o futuro próximo.

Não faltará a visão sobre o segmento de autopeças, que trará o presidente do Sindipeças, Dan Ioschpe, para demonstrar como o setor enfrenta as dificuldades resultantes dos anos seguidos de queda no mercado automotivo. Ele vai apresetar seu ponto de vista em uma sessão de debates, com a participação da plateia durante uma pesquisa em tempo real.

### **AS PROJEÇÕES PARA O ANO**

Três empresas especializadas em forecast foram convidadas para indicar as projeções de mercado para a indústria automobilística: IHS Markit, Jato Dynamics e Carcon Automotive. Haverá também painéis de debate sobre a retomada do segmento de caminhões, com a participação da Volvo, Scania, Ford, Iveco, DAF Caminhões e MAN Latin America, e sobre a evolução dos negócios na área de compras automotivas, com a presença de representantes da FCA, Mercedes Benz e Caoa, entre outros convidados.

### **PROGRAMAÇÃO PARALELA: RODADA DE NEGÓCIOS E AB LAB**

Paralelamente ao programa de palestras e debates haverá uma rodada de negócios para estimular o relacionamento entre os participantes do fórum e uma centena de profissionais das áreas de engenharia e compras de montadoras e empresas sistemistas de autopeças.

Pela primeira vez, o evento traz ainda o AB LAB Inovação, uma seção de construção da inteligência coletiva conduzida por especialistas na transformação digital. A ideia é apresentar ali as tendências para a indústria automotiva e, em seguida, promover rica discussão com os participantes. A sala especial é limitada a 100 pessoas, que precisam fazer inscrição prévia para garantir a participação no AB Lab.

Ao todo, o Fórum da Indústria Automobilística deve reunir 100 profissionais da indústria automotiva, a exemplo das edições anteriores. Para mais informações, você pode ligar para 11 5095-8888 ou acessar o website do evento: [www.forumab.com.br](http://www.forumab.com.br).

## **PSA apura recorde nas vendas de utilitários na América Latina**

06/02/2018 – Fonte: Automotive Business

### **Negócios crescem 13% em 2017; projeções apontam para alta de 20% em 2018**

O primeiro ano da ofensiva do **Grupo PSA** no segmento de veículos utilitários leves (VUL) surtiu bons efeitos na América Latina, onde a empresa bateu recorde de **vendas**, com 44 mil unidades emplacadas em 2017, representando crescimento de 13% sobre o volume apurado no ano anterior.

O resultado é atribuído em sua maior parte aos lançamentos dos modelos Citroën Jumpy e Peugeot Expert, ambos montados no Uruguai em parceria com a Nordex: os veículos foram apresentados aos mercados de Brasil e Argentina no segundo semestre.

Além destes, o mercado argentino já recebeu os novos Citroën Jumper e Peugeot Boxer, fabricados na Europa, além do bom desempenho do Peugeot Partner, que no Brasil teve seus volumes triplicados na comparação anual.

Para o vice-presidente de VUL do Grupo PSA na América Latina, Frédéric Chapuis, além dos novos produtos, o resultado também foi alcançado pelo trabalho focado das redes de concessionárias Peugeot e Citroën.

Com o resultado, a companhia aposta em números ainda melhores em 2018 para o mercado de utilitários leves na região: "Buscaremos um crescimento de mais de 20% em relação a 2017. Para isso, teremos diversos lançamentos importantes de produtos, até oferecermos para nossos clientes uma gama completa de utilitários - pequenos, médios e grandes - em todos nossos mercados da região", diz Chapuis, complementando que a estratégia se cumprirá ainda com a expansão das redes de distribuição e de pontos de vendas especializados em clientes profissionais e frotistas.

"Líderes do segmento VUL na Europa, desenvolvemos uma estratégia para trilharmos o mesmo caminho na América Latina", finaliza.

Além da América Latina, o grupo também alcançou recorde de vendas globais para o segmento em 2017, ao contabilizar mais de 476 mil unidades entregues em todo o mundo, volume que é 15% maior que o verificado no ano anterior. Segundo a empresa, ao considerar as derivações dos veículos de passeio, como Peugeot Traveller e Citroën Space Tourer, por exemplo, o volume sobe para 658 mil.

### **AGCO inaugura linha de pulverizadores Massey e Valtra**

06/02/2018 – Fonte: Automotive Business



#### **Equipamentos já são montados em Ribeirão Preto, interior de São Paulo**

A fabricante de máquinas agrícolas AGCO inaugurou uma linha de produção de pulverizadores Massey Ferguson e Valtra em Ribeirão Preto (SP). Segundo a empresa, a nova linha permitirá o aumento de 40% no volume de pulverizadores produzidos.

A AGCO investiu mais de R\$ 100 milhões em Ribeirão Preto ao longo dos últimos três anos. Em 2015 ela modernizou a linha de montagem de colhedoras de cana para ampliar sua participação no mercado doméstico e atender a futuras exportações.

A unidade é centro de excelência da AGCO em equipamentos para cana-de-açúcar. "Estamos fazendo um investimento sem igual no mercado brasileiro. No período de 2017 até 2019 serão mais de 150 novos produtos", afirma o presidente da AGCO para a América do Sul, Luís Felli.

### **Produção de veículos sobe 24,6% no Brasil em janeiro, diz Anfavea**

06/02/2018 – Fonte: G1

#### **Foram fabricados 216,8 mil carros, comerciais leves (picapes e furgões), caminhões e ônibus no mês passado.**

A produção de veículos no Brasil subiu 24,6% em janeiro, na comparação com o mesmo período do ano passado, afirmou nesta terça-feira (6) a associação das montadoras ([Anfavea](#)). Foram fabricados 216.834 carros, comerciais leves (picapes e furgões), caminhões e ônibus no mês passado, enquanto em janeiro de 2017 a indústria estava em 174 mil unidades.

O volume ainda representa uma leve alta de 1,5% sobre o registrado em dezembro, que teve 213 mil unidades.